

**“OS CURRAIS DESTA PARTE HÃO DE PASSAR DE OITOCENTOS”: A
CONQUISTA DOS SERTÕES DAS CAPITANIAS DO NORTE DO ESTADO DO
BRASIL ATRAVÉS DA PECUÁRIA E O AVANÇO DA(S) FRONTEIRA(S) EM
DIREÇÃO AO ESTADO DO MARANHÃO (1654-1750)**

Leonardo Cândido Rolim *

Introdução

O jesuíta que se escondia sob o pseudônimo de André João Antonil anotou, ainda no início do século XVIII, a quantidade considerável de currais nos sertões das *capitanias do norte* do Estado do Brasil, como podemos ler no título deste trabalho (ANTONIL, 1982, p. 200). Foi dado início à conquista e colonização dos sertões de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande e Siará Grande, não por coincidência, após a expulsão definitiva dos holandeses do Brasil em 1654. Durante a segunda metade do século XVII os rumores sobre uma nova invasão francesa mediante acordo com alguns setores da nobreza da terra pernambucana e, já no final do século, a “descoberta” de ouro na região central do território, ativou de forma virulenta os projetos coloniais em relação àqueles sertões (MELLO, 1995, p. 286; PUNTONI, 2002, p. 21-48; SILVA, 2010, p. 111-134). Fazia-se urgente domar o índio brabo, conhecido por se aliar a holandeses e franceses, ocupar o vasto e “inculto” sertão e defender o extenso litoral setentrional da América Portuguesa, a chamada “costa leste-oeste”.

Neste trabalho nos concentraremos nas conjunturas fundamentais para a efetiva conquista e colonização dos sertões do Siará Grande, região de “avanço de fronteira” que durante um período esteve sob “controle” do Estado do Maranhão, passando depois à Pernambuco. Nesta zona de conflito de jurisdições se instalaram colonizadores que foram criar seus gados, requerendo sesmarias e formando suas redes de compadrio e de influência, buscando estabelecer-se como mandatários locais. Ali foram massacradas incontáveis populações indígenas em nome da “ocupação” territorial.

As linhas abaixo tentarão, portanto, sistematizar as questões postas no capítulo 2 de minha dissertação de mestrado, onde é analisada a conjuntura da conquista e colonização dos sertões das capitanias do norte do Estado do Brasil (ROLIM, 2012). Nesse sentido, a discussão ficará em torno das motivações e disputas pelo território da capitania do Siará Grande que envolveu agentes colonizadores (soldados, ouvidores, capitães-mores, missionários, estrangeiros), os índios e a Coroa Portuguesa com seus projetos de colonização

* Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (2012), bolsista CAPES/DS entre julho de 2010 e fevereiro de 2012. Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (2009). E-mail: leonardorolimhist@gmail.com



para a América. Para melhor entendimento do leitor o texto será dividido em duas partes principais: no primeiro momento serão discutidas as motivações e os projetos coloniais que envolveram a conquista dos sertões das *capitanias do norte* e na segunda parte a importância da pecuária como vetor econômico da colonização dos sertões.

Pernambuco no *post bellum* e os projetos coloniais para os sertões

A outrora capitania Duarte já não era mais a mesma após o período de ocupação, “colonização” e expulsão dos batavos. Passou a ser régia, tendo a nomeação de seu governador feita pela Coroa Portuguesa. As batalhas e escaramuças travadas entre os vários combatentes luso-brasileiros (entre eles índios e negros) e holandeses devastaram as plantações de açúcar, destruíram vários engenhos e deixaram a vila de Olinda, sede da antiga capitania, em estado decadente e correndo sérios riscos de novas invasões. O aumento do número de “ociosos, vagabundos e vadios” desencadeava constantes roubos e saques, tornando perigosa e quase sem controle a vida na sociedade urbana de Pernambuco.

Elementos dessa população como os ex-combatentes, embora muitos ainda em “idade produtiva”, vagavam no processo de desmobilização das tropas. Basta lembrarmos os terços que se formaram de negros (escravos e forros) e índios. Os Henriques e Camarões lutaram ao lado das tropas comandadas por João Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros e, naqueles instantes iniciais da situação *post bellum*, passaram a ser utilizados na defesa da capitania enquanto se arregimentavam terços regulares, pois ficaram estacionados nas praças fortes do litoral. De acordo com Pedro Puntoni (2002, p. 192),

Depois da guerra de expulsão dos holandeses, as soluções inicialmente propostas e encetadas pelos governadores para os conflitos passavam pela utilização das tropas regulares estacionadas nas fortalezas, ou ainda pela mobilização das milícias das ordenanças em esquadras volantes. Estas improvisações, que levavam em conta a experiência dos cabos e soldados na guerra “ao modo” do Brasil, sempre pareceram o meio de reprimir os levantes dos índios bárbaros.

O interior da capitania de Pernambuco estava, naquele último quartel do século XVII, quase todo por colonizar. No período anterior à invasão holandesa, a região litorânea compreendida entre a barra do rio Potengi próximo à vila de Natal, na capitania do Rio Grande, e a parte meridional de Alagoas caracterizava-se por “sua disposição latitudinal, pois a oeste a penetração não ia além dos setenta quilômetros do seu vetor mais ativo, que era a bacia do Capibaribe” (MELLO, 2001, p. 12). Isto é, a área “efetivamente” colonizada se

resumia a uma estreita faixa de terra onde se plantava muita cana de açúcar, criavam-se alguns gados e se produzia um volume limitado de alimentos.

Outro perigo eminente era representado pelas notícias, falsas ou não, de novas alianças dos índios do sertão com invasores franceses, ingleses e holandeses que vez por outra aportavam no litoral na ânsia de trocas rápidas entre produtos “da terra” e bugigangas vindas da Europa, ou ainda em tentativas de criar laços mais fortes com a população nativa, como nos tempos em que os holandeses conquistaram Pernambuco e se aliaram a algumas tribos do sertão. Os “invasores” poderiam ser, na verdade, comerciantes de nacionalidades diversas que tocavam o vasto litoral setentrional do Estado do Brasil para “fazer negócios”. Em virtude deste comércio sem controle, no ano de 1713, Félix José de Machado, governador da capitania de Pernambuco, registrava na Fazenda Real

(...) a Prov^a[providência] em forma de Ley escrita em Lisboa aos oito [oito] dias do mês de Fever^o[fevereiro] de 1711 [em que] V. Mag^e[Vossa Majestade] há por bem prohibir nas Conquistas Ultramarinas Comércio com os Estrangeiros e impor aos transgressores delle as penas que hão de ter como tãobem aos que praticarem [e] assim tentarem passar as mesmas conquistas para os Reinos Estranhos. (AHU_ACL_CU_015, Cx. 25, D. 2311).

O historiador Evaldo Cabral de Mello (1995, p. 286) comenta inclusive sobre boatos que corriam à boca miúda sobre uma possível aliança das elites de Pernambuco com os franceses:

A possibilidade de aliança entre os pró-homens da capitania e a França não desapareceu de todo nem das veleidades locais nem das preocupações lusitanas, tanto mais que na segunda metade do século XVII a hegemonia francesa lograra firmar-se no interior do sistema de equilíbrio europeu, vigente até o tratado de Utrecht (1713), que pôs fim à guerra de sucessão da Espanha. A própria gente da terra fomentava essas apreensões.

Por outro lado, a busca por minas de metais preciosos no interior do continente levou os portugueses a tentarem a penetração em vários pontos do território. Onde houvesse a possibilidade remota de uma jazida mineral se tentava extrair metais preciosos. Em meio a tentativas frustradas os colonizadores acabaram se deparando com um importante elemento que compunha os armamentos para a conquista: o salitre (nitrato de potássio). Fora encontrado especialmente no médio São Francisco e passou a ser explorado e usado na fabricação de pólvora negra, pois desde então era importado principalmente da Índia (PUNTONI, 2002, p. 29-34). Isto é, a exploração do salitre transformou-se em mais um

elemento que se somava aos demais para motivar a ocidentalização da empresa colonizadora no Estado do Brasil.

A conquista dos sertões esteve, nesse sentido, intimamente ligada a esses três vetores: a dissolução da pressão interna à sociedade urbana no Pernambuco *post bellum*, que possuía tropas pagas e auxiliares estacionadas em Olinda e no porto do Recife, aumentando o perigo de um conflito interno; à necessidade de expansão de fronteiras agrárias para o sertão, tendo em vista que de imediato se constituiu a tentativa de reerguer a indústria de exportação do açúcar e que para isso era necessário “recrutamento” urgente de mão de obra, no caso, a indígena, além de zonas de produção para abastecimento interno; e a urgente conquista e colonização de um sertão que despertava atenção de invasores estrangeiros (franceses, ingleses e holandeses) e que até aquele momento era desconhecido e, sem exagero, temido pela maior parte dos habitantes do litoral leste das capitanias do norte, além de ser potencialmente uma região para onde seria deslocada parte da “população excedente” em Pernambuco. A “panela de pressão” que se formara na capitania de Pernambuco contava, além dos três motivos citados, com a disputa entre a nobreza da terra nesse momento ruralizada e a mascataria formada recentemente e residente no porto do Recife, que culminou na chamada *Guerra dos Mascates*, no início do século XVIII (MELLO, 1995, p. 372-453).

Dessa forma, podemos afirmar que a empresa colonial portuguesa na América passou a se ocidentalizar nessa conjuntura. Um “vazio” territorial e demográfico tinha de ser preenchido. Entre o litoral leste pontuado de vilas açucareiras e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, um sertão trazia perigos de levantes de indígenas que não haviam sido “amansados” pelos missionários e da formação de quilombos e mocambos de negros fugidos, pois devemos lembrar que somente ao final do século XVII fora definitivamente dissolvido o Quilombo de Palmares, inclusive por tropas que já estavam se dirigindo ao sertão para o combate com os índios bárbaros. Os *tapuia*, índios de língua travada e chamados bárbaros, eram bem diferentes dos *tupis* “mansos”, e naquele momento complicaram a empreitada dos colonizadores luso-brasileiros nos sertões das capitanias do norte por mais de meio século.

Nesse sentido, outro importante vetor de pressão na conquista e colonização efetiva dos sertões apareceu e ficava além da ocupação efetiva do sertão e “amansamento” dos índios. A abertura de um caminho por terra até o Estado do Grão-Pará e Maranhão era urgente e necessária, tendo em vista o difícil trajeto marítimo, pois “o regime dos ventos e das correntezas na costa Leste-Oeste do Brasil praticamente impossibilitava a navegação entre o Maranhão e as capitanias do Norte” (PUNTONI, 2002, p. 27). As “duas partes” da colônia portuguesa na América estavam apartadas juridicamente desde 1621 – pelo menos em tese –,

o que dificultaria a arregimentação de uma rápida defesa no caso de uma invasão estrangeira. Além disso, havia o complicado trato com os índios *tremembés* do litoral que, como os dos sertões, eram hostis e esperavam as naus portuguesas atracarem para saquear e roubar as mercadorias dos colonizadores.

Podemos perceber, então, motivações convergentes: a dissipação interna da situação em Pernambuco passava pela tentativa de reerguer os engenhos e a produção de açúcar, o que demandava mão de obra que, pela condição dos senhores de engenho, teria que ser a mais barata possível, incluindo indígenas apresados em “guerras justas” no sertão. Além disso, o alargamento de fronteira para a criação de gado e a produção de alimentos fazia-se urgente frente às frequentes crises de abastecimento que afetavam as regiões produtoras das *capitanias do norte* e a cidade de Salvador, então capital da América Portuguesa. Segundo Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 27),

A conquista dos interiores continentais do Estado do Brasil foi um empreendimento que misturou iniciativas particulares, de senhores de engenhos que buscaram expandir seu poderio através da criação de gado nas imensidões para além da área canavieira, com ações estatais. A Coroa foi chamada a intervir, em realidade, quando os particulares se depararam com um obstáculo intransponível para a instalação de suas fazendas de gado: a resistência indígena. *Mas as investidas da Coroa dependiam sobremaneira da gente do litoral que compunha suas tropas, da gente livre das vilas açucareiras.* (Grifo nosso).

Para a autora, a Coroa possuía sim interesse na conquista dos sertões, mas, por outro lado, dependia da “gente do litoral” que passou a compor as tropas, formadas a mando dela própria, e entrar no sertão para o combate e redução da população indígena que lá habitava. Pode-se contestar um interesse mais direto das elites reinóis nessa questão, tendo em vista o prolongamento por mais de meio século dos combates, tendo momentos inclusive de visível derrota e recuo das tropas que saíram das vilas do açúcar. De qualquer forma, o recrutamento “a laço” das populações que viviam fora dos centros urbanos do litoral e a mobilização dos paulistas para a resolução da guerra demonstra certo compromisso da Coroa em acabar de vez com os conflitos e colonizar definitivamente o “sertão inculto e vazio” entre o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Analisando a criação de novas vilas no contexto de expansão da conquista Portuguesa, principalmente no final do século XVII e durante todo o XVIII, Roberta Marx Delson (1997, p. 9) entende que foi formulado um “programa de construção de vilas” no Brasil colonial, onde foram levadas em conta quatro questões básicas: a regulamentação das áreas auríferas; estabelecimento de uma jurisdição sobre os “aventureiros”, isto é, os

exploradores que primeiro haviam chegado aos sertões; o controle sobre os potentados locais que estavam se constituindo no interior do continente; e, por último, a ampliação dos domínios territoriais à custa das terras não colonizadas pelos espanhóis. Isto é, a política empreendida no período tendeu para a aplicação dessas medidas, embora nem todas fossem de fato implementadas a contento. É importante destacar que temos entendimento de que o estabelecimento de um possível “programa” ou “projeto” não subentende o cumprimento total deste, nem tampouco seu engessamento diante de conjunturas específicas. De acordo com Delson (1997, p. 10):

O mecanismo pelo qual o sertão seria subordinado à autoridade real baseava-se na fundação de comunidades supervisionadas pela Coroa, as quais, com o tempo, formariam redes urbanas integradas, localizadas em pontos estratégicos do interior. Assim, o planejamento e o desenvolvimento desses novos núcleos interioranos orientariam o processo de urbanização durante todo o século [XVIII].

Isto é, a política de doação de terras, o deslocamento de tropas estacionadas para os sertões, a contratação de paulistas para darem cabo da forte resistência indígena nos sertões, as medidas em torno da dita “expulsão do gado” do litoral, além do controle e planejamento da expansão urbana podem ser compreendidas como fatores que juntos representaram uma intervenção da administração régia da Coroa Portuguesa para incentivar a empresa colonizadora naquela região de conflito. Todavia, se não podemos considerar tais ações como de fato combinadas, tendemos a enxergá-las como atos da Coroa que, mesmo dispersos, foram fundamentais para se consolidar a expansão da conquista nos sertões das capitânicas do norte. Nesse sentido, para Novais (1995, p. 71),

(...) se o *Brasil-colônia* se enquadra como colônia de exploração nas grandes linhas do Antigo Sistema Colonial, *não quer isso dizer que todas as manifestações da colonização da América Portuguesa expressem diretamente aquele mecanismo*; mas, mais uma vez, os mecanismos do sistema colonial mercantilista constituem o elemento básico do conjunto, a partir do qual deve pois ser analisado.

Pensamos, assim, que mesmo não sendo onisciente ou ainda não consistindo em ações que representassem o interesse prioritário da Coroa ou dos agentes régios, podemos observar certos atos como indícios de um *projeto*, ou ainda de projetos, principalmente se considerarmos dois momentos principais: um primeiro, que teria acontecido numa conjuntura histórica de iniciativa da conquista, isto é, durante as primeiras batalhas na segunda metade do século XVII e primeiras décadas do século XVIII; e um segundo momento quando, de certa forma consolidada a conquista, os agente régios passaram a acompanhar mais de perto e

mesmo a interferir nas frentes de colonização, como por exemplo, nas Cartas Régias que definiam o traçado de diversas vilas e cidades fundadas na segunda metade dos setecentos.

Pecuária nos sertões das capitanias do norte: avanços de fronteira(s) em direção ao Estado do Maranhão

A efetiva conquista e colonização dos sertões das *capitanias do norte* do Estado do Brasil tiveram em seus princípios uma estratégia baseada na doação de terras. E isso partiu dos dois lados: da administração régia que incentivava os governadores e capitães-mores das capitanias a doar terras e, do outro lado, dos colonizadores que enxergavam na posse da terra uma maneira de formar seu poderio local a partir dos arrendamentos e do uso do absenteísmo como forma primordial de ocupação.

Diferente das terras do litoral leste, a maior parte do sertão tinha aspecto seco e árido durante boa parte do ano, só ficando com sua vegetação verde durante o período chuvoso – isso quando não havia estiagem. Dessa forma, o vetor econômico de ocupação não poderia ser a cana de açúcar, muito menos porque, caso isso fosse possível, iria acarretar em concorrência para as plantações do litoral. Veremos a partir daqui quais as motivações da criação de gado vacum como principal atividade econômica no período de conquista e colonização dos sertões, além de suas peculiaridades como no caso dos trabalhadores envolvidos.

Em meio às tentativas de reerguer os engenhos danificados na ocupação holandesa e replantar a cana de açúcar queimada nos incêndios das batalhas, os homens pobres livres e os considerados “vadios” eram inseridos nas tropas e obrigados a adentrar no sertão, retirando assim prováveis produtores de gêneros de consumo primário como a mandioca, além da possível transformação de plantadores de mandioca em produtores da cana de açúcar. Em relação a isto,

(...) determinou El Rei [no ano de 1701] que o senhor de menos de seis escravos não pudesse cultivar canaviais. A medida, insuficiente para o objetivo que visava, tinha ademais o inconveniente de reduzir de forma substancial o fornecimento de cana aos engenhos de açúcar, de vez que o módulo fixado na carta régia fora escolhido em função das condições vigentes no Recôncavo Baiano. (MELLO, 1995, p. 171).

Ou seja, a ação régia acabou por não resolver de imediato as frequentes crises de abastecimento e fez aumentar o preço normal da cana de açúcar pela falta de oferta. Pode-se considerar, inclusive, que havia certo interesse da Coroa no aumento do preço, pois passava a valorizar o produto e, conseqüentemente, arrecadar mais impostos. No mesmo alvará, expedido em fevereiro de 1701, El Rei considou que



(...) [era] por bem ampliar e declarar a dita ley e mando que não somente tenha effeito em as ditas dez legoas do Reconcavo ao redor da Bahia, mas em toda parte onde chegar a maré, *correndo as ditas dez legoas da margem dos rios pela terra a dentro e que em nenhum dos sítios, nem as ditas 3 Capitânicas do Camamú haja a inovação do gado de criar (...).* (ALVARÁ régio suscitando a observância da lei de 15 de fevereiro de 1688 obrigando os habitantes da capitania da Bahia à plantação de mandioca. Lisboa, 27 de fevereiro de 1701. Cópia. (Anexo ao n. 1351) In: *Anais da Biblioteca Nacional* Nº 31, 1909. p. 90.)

Podemos constatar, a partir do alvará de 1701, que as constantes crises de abastecimento e a carestia de alimentos levaram a Coroa a tomar medidas mais severas, embora possamos encontrar no decorrer do século XVIII e até o início do século XIX as sucessivas crises que ocorreram na região açucareira. Para a historiadora Maria Yedda Linhares (2002, pp. 113-114),

(...) o decreto deixa transparecer uma política definida: a de delimitar em áreas próprias e resguardar as três paisagens que passarão a configurar a economia rural da Colônia, isto é, a *grande lavoura* com seus campos definidos, incluía a área industrial; a *lavoura de abastecimento*, que atendia aos interesses de consumidores urbanos e comerciantes de Salvador [e do Recife], devendo incluir a criação controlada de animais de tiro necessários ao transporte das mercadorias ao porto e, por fim, a *pecuária extensiva* na fronteira móvel, a cargo de sesmeiros e arrendatários, último elo fundamental de um macromodelo agrário.

Porém não foi tão simples assim na prática. A chamada *delimitação de áreas próprias* passou ainda por disputas, requerimentos para criar gado, alvarás regulatórios, pedidos urgentes de embarcações carregadas de mandioca, entre outros, durante todo o século XVIII. Nesse sentido, se analisarmos as ações tomadas pela Coroa Portuguesa como a de deslocar tropas institucionais e contratar paulistas para os combates no sertão promovendo, a partir de pressões que partiam das elites pernambucanas ligadas ao comércio, a conquista e colonização de uma parte ainda “inculta” e “não civilizada” de suas possessões na América, podemos, no nosso entendimento, classificar tais ações como um *projeto de colonização*; mesmo considerando que não fosse um dos mais importantes e prioritários para a administração régia naquele momento. Nesse sentido, ao analisar a expansão da pecuária a partir do Recôncavo Baiano, Mônica Duarte Dantas (2000, p. 10) aponta que

À medida que a produção canavieira se expandia, provocando o adensamento populacional do Recôncavo e da Bahia, crescia também a demanda de gado. Este era peça vital para a sobrevivência da colônia e o auferimento dos lucros da Coroa. O gado fornecia a carne, um dos alimentos básicos da dieta da população, além de ser fundamental para o bom andamento das atividades açucareiras. O boi não só puxava os carros que transportavam os feixes de cana do eito para a moagem, como servia de tração para os vários engenhos movidos à força animal – afinal nem só de engenhos reais era feito o Recôncavo.



Podemos, a partir da reflexão da autora, observar a importância da atividade pastoril como extensão e expansão da economia canvieira que necessitava de tração animal e de carnes para o provimento de seus agentes colonizadores. A pecuária tinha papel tão fundamental na montagem de uma estrutura colonial de exploração que, se atentarmos para o caso de donos de extensões de terras impressionantes, com os Dias D'Ávila, constatamos que sua principal atividade econômica era justamente a criação de gado nos currais e, assim como na expansão que partiu do Recife, foram deflagrados conflitos com índios quando da conquista do território.

Dessa forma, podemos analisar a expansão da colônia portuguesa que se formara no litoral das capitâneas do norte rumo ao Estado do Maranhão como um empreendimento colonial engendrado por motivações que por vezes pareceram (e alguns de fato foram) divergentes, mas que apontavam para um interesse comum. E este interesse era justamente a conquista e o povoamento de uma “fronteira” que ao mesmo tempo parecia existir e não existir, constituindo assim um limite móvel, onde avanços e recuos de ambas as partes (colonizadores e índios) aumentavam as tensões a cada escaramuça e enfrentamento entre tropas, fossem institucionais ou pagas, e indígenas que resistiam defendendo seu território no interior do continente. Podemos também considerar, diante desses fatores, a presença do governo geral à frente desses projetos de colonização – ou pelo menos a par da situação, interferindo quando convinha. As características conjunturais que já foram enumeradas aqui, como o risco da invasão das minas e o “vazio” entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, não eram muito diferentes das descritas por Pedro Puntoni ao caracterizar as motivações para a criação do governo geral ainda na segunda metade dos quinhentos. Segundo este autor,

Naqueles anos 40 [do século XVI], a idéia de um governo geral foi a resposta à percepção de que o domínio português corria perigo, na medida em que os espanhóis avançavam na colonização ao sul do Equador, os normandos e bretões tinham agora o apoio de Henrique II para seus próprios projetos expansionistas e os donatários portugueses mostravam-se incapazes de realizar a conquista e a valorização dos territórios. (PUNTONI, 2009a, pp. 39-40).

Tal incapacidade pode ser traduzida em desconhecimento prévio dos gastos financeiros com a empreitada colonizadora, falta de apoio da Coroa Portuguesa e as dificuldades próprias da geografia da colônia, como suas grandes e imprecisas distâncias. A dispersão de lugares de expansão da colonização fez com que a Coroa concentrasse os



poderes em um Governo Geral no intuito de dar direcionamento à colonização, embora sem se intrometer, teoricamente, nas normas que regiam o sistema de donatarias. Ou seja,

(...) a presença do governo-geral orientava de maneira decisiva a empresa colonial – de acordo com os interesses dos poderes do centro e dos interesses localmente negociados pelos próprios mandatários. (...) O consenso com os colonos e/ou outros agentes foi pouco a pouco sendo forjado no sentido de permitir a expansão de uma sociedade centralizada e da segurança oferecida pelas armas do rei, seja diante dos índios bravos ou dos ataques de piratas e corsários. (PUNTONI, 2009b, p. 373).

Nesse sentido, podemos considerar que a atuação do governo geral foi decisiva para o avanço da empresa colonizadora em direção ao sertão das capitanias do norte, principalmente se levarmos em conta a disputa de jurisdição entre o governador geral e o capitão-mor de Pernambuco. Talvez esta querela tenha sido fundamental para a expansão das possessões portuguesas no Estado do Brasil em direção ao Estado do Maranhão. De acordo com Puntoni (2009a, p. 71),

O governo da Bahia, com sua atuação limitada, procurava meios de intervir no empreendimento colonial. Nas Guerras dos Bárbaros (1650-1720), ou mesmo nas guerras contra o “quilombo” dos Palmares, *a intensa atuação do governo geral deu-se na negociação direta com as câmaras municipais, sobretudo no episódio da contratação das tropas de paulistas, e desprezando acintosamente as jurisdições dos governadores.* (Grifo nosso).

Ou seja, dentro dos projetos de colonização que estavam sendo postos em prática, a conquista dos sertões das capitanias do norte estava tornando-se interessante, e por que não dizer necessária, aos interesses da Coroa Portuguesa no decorrer da segunda metade do século XVII. As noções de colonização em voga à época na Europa tinham, justamente, na intervenção dos governos uma das principais medidas.

Ao longo do texto já pudemos identificar a origem social da maior parte dos colonizadores dos sertões onde se desenvolveu a economia pastoril. O deslocamento populacional das vilas localizadas no litoral leste, isto é, na zona do açúcar, propiciado pela formação das tropas institucionais que combateram nas guerras dos bárbaros, foi o principal motor de crescimento da população no sertão. As chamadas vilas do açúcar estavam cheias do que se chamou naquela sociedade de *vagamundos, vadios e facínoras*. Segundo Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 133),

O deslocamento forçado de pobres e *vadios* dos núcleos urbanos açucareiros para o sertão respondia assim a uma *política de desafogar os saturados núcleos originais*, sem prejudicar o empreendimento agroexportador. A escravidão só convivía até



certo ponto com a mão-de-obra livre urbana, e aqueles que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho terminavam por ser um risco ou, na melhor das hipóteses, um empecilho à colonização açucareira. *A melhor saída para isso era recrutar o excedente populacional, basicamente os vadios e pobres livres menos estabelecidos, inseri-los em uma forma de degredo útil e mandá-los combater os índios do sertão.* (Grifo nosso).

O chamado *degrado útil* deixava os portos e vilas importantes da zona açucareira livres de saques, assaltos, mendicância, desordens, entre outras quebras de regras sociais que pouco interessava aos agentes do comércio açucareiro, principalmente na época da chegada das cargas de açúcar dos engenhos e do carregamento dos navios. Os primeiros conquistadores do sertão foram, em grande parte, elementos indesejados naquela sociedade e que não se enquadraram num sistema socioeconômico que gerava pouca demanda de ocupações e trabalho para homens livres. Assim, esta população foi lutar contra os índios nos sertões para depois receberem como pagamento algumas terras para criarem seus gados, formando conseqüentemente relações de trabalho.

No curral, que era a unidade básica da economia pecuarista, podemos definir algumas atividades básicas e uma vivência diária de alguns trabalhadores em torno da conservação do criatório. A vigilância do gado, a manutenção dos pastos, a construção de algumas cercas em torno de poços e olhos d'água, visando garantir a não contaminação pelos bois, porcos e galinhas, além do trabalho desenvolvido nos "roçados", que tinham como objetivo o abastecimento de gêneros básicos de consumo para as famílias dos trabalhadores.

O vaqueiro era tido como um "gerente do curral" e comandava os trabalhos naquele espaço onde ele poderia possuir seus "homens de confiança" ou escravos. Nota-se que, apesar de generalização atual do termo *vaqueiro*, equivalente a todo aquele que trabalha na lida com o gado, no período aqui estudado havia uma distinção. De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva (2002, p. 138), durante o período colonial

(...) o vaqueiro é homem livre de prestígio e posição única na fazenda ou curral, tratado nos documentos por *senhor*, e se distingue claramente de seus homens. Estes, *camaradas*, *cabras* ou *fábricas* ocupam uma posição subalterna, inferior, e não tratam diretamente com os proprietários.

Os demais trabalhadores dos currais eram, portanto, "funcionários" do vaqueiro, podendo ser, em alguns casos, escravos de propriedade dele ou do dono do curral. A diversidade era, na verdade, a regra quando se trata da pecuária. Ao listar os "tipos humanos" da pecuária, José Alípio Goulart começa pelo *vaqueiro*, o "mais nobre" trabalhador das zonas de pastoreio, e que no sul é chamado de *peão*. O passador de gado, segundo Goulart, era o

boiadeiro, isto é, era “um intermediário quer como vendedor quer como comprador”. Havia ainda o *cangaceiro*, “produto da ignorância, da insegurança, da deseducação, de uma Justiça incipiente e deturpada” e o *jagunço* que seria “o criminoso escoteiro, mercenário, sem ligações com bandos e sem sujeição a eles”, isto é, “trabalhava por empreitada”. Outro funcionário do curral era o *cabra*; que “era o agregado, a serviço do fazendeiro (...) [e] andava incólume resguardado pelo poderio do seu senhor”. Além de todos estes ligados diretamente à lida com o gado, Goulart aponta o *cantador*, o *beato*, o *curandeiro* e o *penitente* como outros “tipos humanos” das zonas da pecuária. (GOULART, 1965, p. 144-191).

Nesse sentido, percebemos uma estratificação no que poderíamos chamar de “mundo do trabalho” na pecuária sertaneja. Assim como nos engenhos da zona do açúcar algumas profissões eram específicas e davam certo prestígio, na atividade pastoril do século XVIII tivemos certos elementos sociais que adquiriram certa distinção, o que construiu na historiografia uma visão de que ali poderia ocorrer ascensão social. Ou seja, a partir do pagamento recebido pelo vaqueiro pelo seu trabalho em gado vivo, o qual era atribuído quase que geralmente o sistema de *parceria* ou *quartiação* (ANDRADE, 1980, p. 179-202), ele teria a possibilidade de criar seu próprio rebanho e quem sabe um dia ter sua terra e viver de seu criatório. Embora casos assim possam ter acontecido, não era regra que um vaqueiro, homem livre geralmente pobre, chegasse a ter um rebanho considerável nem terras próprias para criá-lo.

A complexidade que foi tomando conta da pecuária desde que a criação aumentou fez com que a atividade demandasse ainda mais mão de obra e além do vaqueiro e seus “cabras” havia o condutor, passador, tangedor e outros agentes que trabalhavam diretamente com o gado, principalmente no transporte e venda destes nas feiras que ficavam nas proximidades dos grandes centros da zona do açúcar. Todos esses trabalhadores envolvidos na atividade pastoril, e nunca foram poucos se considerarmos as “marcações” e “juntas” feitas anualmente antes de tanger os bois para as feiras, “formavam um universo próprio, com dinâmica original e constituem-se em elementos de uma cultura rústica, que ainda hoje resiste à modernidade dissolvente” (SILVA, F., 2002, p. 142). Apresenta-se, assim, uma divisão do trabalho no curral e uma nítida especialização na complexa hierarquia dos trabalhadores da pecuária. Estas relações nos ajudarão a pensar numa divisão do trabalho dentro das oficinas de salga na vila do Aracati.

O sistema econômico que tinha sua base em currais espalhados pelos sertões das capitanias da Parahyba, Rio Grande, Pernambuco, Bahia, Siará Grande e do Piauhí, como já foi dito, teve como uma de suas motivações o interesse de setores comerciais das regiões

produtoras de açúcar interessados em suprir de gado os engenhos, como força motriz, e as vilas e cidades de carnes verdes. Desta forma, ocorria o deslocamento do gado, que era tangido por trabalhadores dos currais, pelo sertão, principalmente seguindo os rios e riachos, tendo em vista garantir suprimentos de pastos e água para as rezes. Fazia-se assim o “caminho de volta” que fora seguido pelos conquistadores desde as décadas de 1660/70. Segundo Capistrano de Abreu (1988, p. 55),

Em geral formava-se uma linha muito sinuosa que evitava as matas onde o gado não encontraria o que comer; as serras onde as chuvas mais frequentes produziam, às vezes, florestas luxuosas como as Orobó, os desfiladeiros arriscados, as catingas mais bravas, as travessias órfãs de água.

Eram assim esquadrinhados os chamados *caminhos* ou *estradas do gado*. Estas vias de comunicação tiveram importância fundamental na integração de pequenos trechos percorridos por alguns trabalhadores que se sentiam ameaçados ainda no começo do século XVIII com os ataques de índios às boiadas. A partir daí o gado marcado serviu para distinguir as rezes e boiadas com mais de 100 bois que chegavam às feiras do litoral.

Sendo o rio Jaguaribe o mais importante da capitania do Siará Grande, a chamada *Estrada Geral do Jaguaribe* era movimentada e, segundo Carlos Studart Filho “partindo da região do Aracati, rio acima, transpunha o Jaguaribe em Passagem das Pedras, atravessava os lugares onde hoje são as cidades de Russas e Icó, subindo depois o Salgado até quase suas nascentes” (STUDART FILHO, 1937, p. 28), integrando assim a parte leste e sul da capitania, chegando à tríplice fronteira com Pernambuco e Parahyba. Havia ainda outras estradas importantes no sertão como a *Estrada Velha*, muito utilizada no decorrer do século XVII, que seguia o litoral para fugir dos constantes ataques de índios pelo sertão. Possivelmente tais caminhos já eram utilizados por indígenas e foram apenas apropriados pelos colonizadores.

O abastecimento de carnes verdes de grandes centros como Salvador e Olinda/Recife ficou a cargo dos criadores e trabalhadores do sertão que transpondo as agruras e perigos do interior do continente chegavam com seus gados nas feiras do litoral. Escrevendo no início do século XVIII, Antonil (1982, p. 202) observou que

Constam às boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinquenta, duzentos e trezentas cabeças de gados (...). Os que trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos pelo gado, e outros vêm atrás das rezes, tangendo-as, e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem.

Enfim, a abertura de um caminho, ou melhor, de caminhos por terra entre o litoral açucareiro do Estado do Brasil e o Estado do Maranhão se deu de forma efetiva entre meados do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Não sem sangrentas batalhas, não sem disputas políticas pelo controle da mão de obra indígena. De toda forma, tentamos retomar neste trabalho algumas questões postas pelo debate durante o seminário e esperamos avançar na discussão sobre a territorialização do Siará Grande enquanto área de fronteira interna, isto é, a formação do território da capitania sob influência das diferentes realidades de uma zona de disputas intensas.

Referências bibliográficas:

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 4ª Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

DANTAS, Mônica Duarte. *Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822)*. In: **Penélope**. Nº 23, 2000. pp. 9-30. Disponível em: http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_23/23_04_MDantas.pdf. Consultado em: 09/02/2012

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII**. Trad. e rev. Fernando de Vasconcelos Pintos. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.

GOULART, José Alípio. **Brasil do Boi e do Couro – 1º Volume: O Boi**. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *A Pecuária e a Produção de Alimentos na Colônia*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.) **História Econômica do Período Colonial**. 2ª Ed. Revista. São Paulo: HUCITEC; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos – Nobres contra mascates: Pernambuco, 1666-1715**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Ferida de Narciso – Ensaio de História Regional**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial** (1777-1808). 6ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros** – Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2002.

_____. *O governo geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720)* In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik Lars. (Orgs.) **O Brasil no império marítimo português**. Tradução: Fernanda Trindade Luciani e João Paulo Marão. Bauru-SP: Edusc, 2009a.

_____. “*Como coração no meio do corpo*”: *Salvador, capital do Brasil*. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. (Orgs.) **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009b.

ROLIM, Leonardo Cândido. “**Tempo das carnes**” no **Siará Grande**: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati (c. 1690-c.1802). 2012. 245 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil colônia*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.) **História Econômica do Período Colonial**. 2ª Ed. Revista. São Paulo: HUCITEC; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem colonial**: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

_____. **Nas solidões vastas e assustadoras** – A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

STUDART FILHO, Carlos. *Vias de comunicação do Ceará colonial*. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Ano 51 (1937). pp. 15-47.